

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO - MS

LEI N.º 1.104 DE 09 DE DEZEMBRO DE 1997

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO  
MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO-MS,  
PARA O EXERCÍCIO DE 1998, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

MYRIAN CONCEIÇÃO SILVESTRE DOS SANTOS, PREFEITA MUNI-  
CIPAL DE PORTO MURTINHO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, usando das atribuições le-  
gis que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sancionou a seguinte  
Lei:

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Porto Murtinho-MS, para o  
exercício financeiro de 1998, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 5.165.889,90 (cinco milhões, cento  
e sessenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e nove reais e noventa centavos), discriminados pelos anexos  
integrantes desta Lei:

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas  
e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações do anexo 3 da  
Lei 4.320/64, com o seguinte desdobramento:

01 - RECEITAS CORRENTES	.....R\$	4.683.447,50
11 - RECEITA TRIBUTÁRIA	.....R\$	331.140,00
13 - RECEITA PATRIMONIAL	.....R\$	13.160,00
14 - RECEITA AGROPECUÁRIA	.....R\$	2.890,00
16 - RECEITA DE SERVIÇOS	.....R\$	4.670,00
17 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	.....R\$	4.279.277,50
19 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	.....R\$	52.310,00
02 - RECEITAS DE CAPITAL	.....R\$	482.442,40
22 - ALIENAÇÃO DE BENS	.....R\$	40.000,00
24 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	.....R\$	420.442,40
25 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	.....R\$	22.000,00
TOTAL DA RECEITA	.....R\$	5.165.889,00

Art. 3º - A Despesa será realizada de acordo com as especificações constan-  
tes dos quadros integrantes desta Lei, fixado o Orçamento Fiscal em R\$ 4.031.968,77 (quatro milhões,  
trinta e um mil, novecentos e sessenta e oito reais e setenta e sete centavos) e o Orçamento da Seguridade  
Social em R\$ 1.042.027,33 (Um milhão, quarenta e dois mil, vinte e sete reais e trinta e três centavos)  
com uma Reserva de contingência, no valor de R\$ 91.893,80 (noventa e um mil, oitocentos e noventa e  
três reais e oitenta centavos).

Art. 4º - A Despesa será realizada segundo discriminação dos quadros Pro-  
grama de Trabalho e Natureza da Despesa, que apresenta o seguinte desdobramento:

## I - POR FUNÇÕES DE GOVERNO

01 - LEGISLATIVA.....	R\$	348.314,26
03 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.....	R\$	1.150.542,40
04 - AGRICULTURA.....	R\$	5.323,80
06 - DESPESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA....	R\$	16.000,00
07 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	R\$	2.000,00
08 - EDUCAÇÃO E CULTURA.....	R\$	1.780.219,17
10 - HABITAÇÃO E URBANISMO.....	R\$	560.990,38
11 - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS.....	R\$	25.200,00
13 - SAÚDE E SANEAMENTO.....	R\$	629.573,56
15 - ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA.....	R\$	412.453,77
16 - TRANSPORTE.....	R\$	143.378,76
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....	R\$	91.893,80
<b>TOTAL DA DESPESA POR FUNÇÃO</b> .....	<b>R\$</b>	<b>5.165.889,90</b>

## II - POR PROGRAMAS

01 - PROCESSO LEGISLATIVO.....	R\$	348.314,26
07 - ADMINISTRAÇÃO.....	R\$	1.066.187,21
08 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	R\$	82.355,19
09 - PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL.....	R\$	2.000,00
17 - PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS	R\$	1.643,80
18 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL.....	R\$	3.680,00
30 - SEGURANÇA PÚBLICA.....	R\$	16.000,00
39 - DESENVOLVIMENTO DE MICRO REGIÕES.....	R\$	2.000,00
41 - EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS.....	R\$	56.200,00
42 - ENSINO FUNDAMENTAL.....	R\$	1.577.697,17
45 - ENSINO SUPLETIVO.....	R\$	1.600,00
46 - EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS.....	R\$	68.322,00
47 - ASSISTÊNCIA A EDUCANDOS.....	R\$	47.000,00
48 - CULTURA.....	R\$	1.200,00
49 - EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	R\$	28.200,00
57 - HABITAÇÃO.....	R\$	49.500,00
58 - URBANISMO.....	R\$	476.490,38
50 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA.....	R\$	35.000,00
64 - SERVIÇOS FINANCEIROS.....	R\$	22.000,00
65 - TURISMO.....	R\$	3.200,00
75 - SAÚDE.....	R\$	601.679,76
76 - SANEAMENTO.....	R\$	27.893,80
81 - ASSISTÊNCIA.....	R\$	229.567,59
82 - PREVIDÊNCIA.....	R\$	168.886,18
84 - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PASEP.....	R\$	14.000,00
88 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO.....	R\$	83.378,76
90 - TRANSPORTE HIDROVIÁRIO.....	R\$	35.000,00
91 - TRANSPORTE URBANO.....	R\$	25.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....	R\$	91.893,80
<b>TOTAL DA DESPESA POR PROGRAMA</b> .....	<b>R\$</b>	<b>5.165.889,90</b>

*pe*

### III - POR CATEGORIA ECONÔMICA

	<u>FISCAL</u>	<u>SEGURIDADE</u>	<u>TOTAL</u>
01 - DESPESAS CORRENTES	3.311.302,81	932.664,53	4.243.967,34
02 - DESPESAS DE CAPITAL	720.665,96	109.362,80	830.028,76
03 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-0-	-0-	91.893,80
 TOTAL DA DESPESA PARA CATEGORIA ECONÔMICA	 4.031.968,77	 1.042.027,33	 5.165.889,90

### IV - POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

	<u>FISCAL</u>	<u>SEGURIDADE</u>	<u>TOTAL</u>
01 - LEGISLATIVO	348.314,26	882,18	349.196,44
02 - GABINETE DO PREFEITO	315.275,19	5.300,00	320.575,19
03 - ADMINISTRAÇÃO	469.442,02	39.600,00	509.042,02
04 - FINANÇAS	315.575,19	52.000,00	367.575,19
05 - INFRA-ESTRUTURA	714.369,14	39.160,00	753.529,14
06 - EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	1.780.219,17	77.494,00	1.857.713,17
07 - PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	88.773,80	3.120,00	91.893,80
08 - SAÚDE	-0-	640.683,56	640.683,56
09 - AÇÃO SOCIAL	-0-	183.787,59	183.787,59
10 - RESERVA CONTINGÊNCIA	-0-	-0-	91.893,80
TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO DA ADMI- NISTRAÇÃO	4.031.968,77	1.042.027,33	5.165.889,90

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado, durante o exercício de 1998, a abrir créditos suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total da despesa constante dos orçamentos que integram esta Lei, utilizando como recursos compensatórios as fontes referidas nos incisos I, II e III do § 1, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1964.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a tomar medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da Receita e a realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite fixado na Constituição Federal e Legislação Complementar.

Art. 7º - Fica assegurado ao Poder Legislativo Municipal, recursos orçamentários de 9,5% (nove e meio por cento), das receitas correntes líquidas do município de Porto Murinho-MS.

§ 1º - Entende-se por receitas correntes líquidas, as receitas correntes do município deduzidas as provenientes de convênios, as transferências provenientes da Lei Federal nº 9.424/96 (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) e as Extra-Orçamentárias.

§ 2º - No decorrer da execução orçamentária, o percentual de que trata o presente artigo, será repassado em duodécimos, até o dia 20 (vinte) de cada mês, corrigidas as parcelas na mesma proporção do excesso de arrecadação apurado em relação a previsão orçamentária.

Art. 8º - Para Atualização dos Orçamentos dos Poderes Municipais, durante a execução orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao Orçamento




com recursos provenientes do excesso de arrecadação, limitados ao crescimento nominal da receita e excluídos do limite de que trata o art. 5º.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com a União, Estados e demais Entidades Públicas e Privadas, objetivando a implementação das ações consignadas neste Orçamento.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Murtinho-MS, 09 de Dezembro de 1997



**MYRIAN CONCEIÇÃO SILVESTRE DOS SANTOS**  
- Prefeita Municipal -